

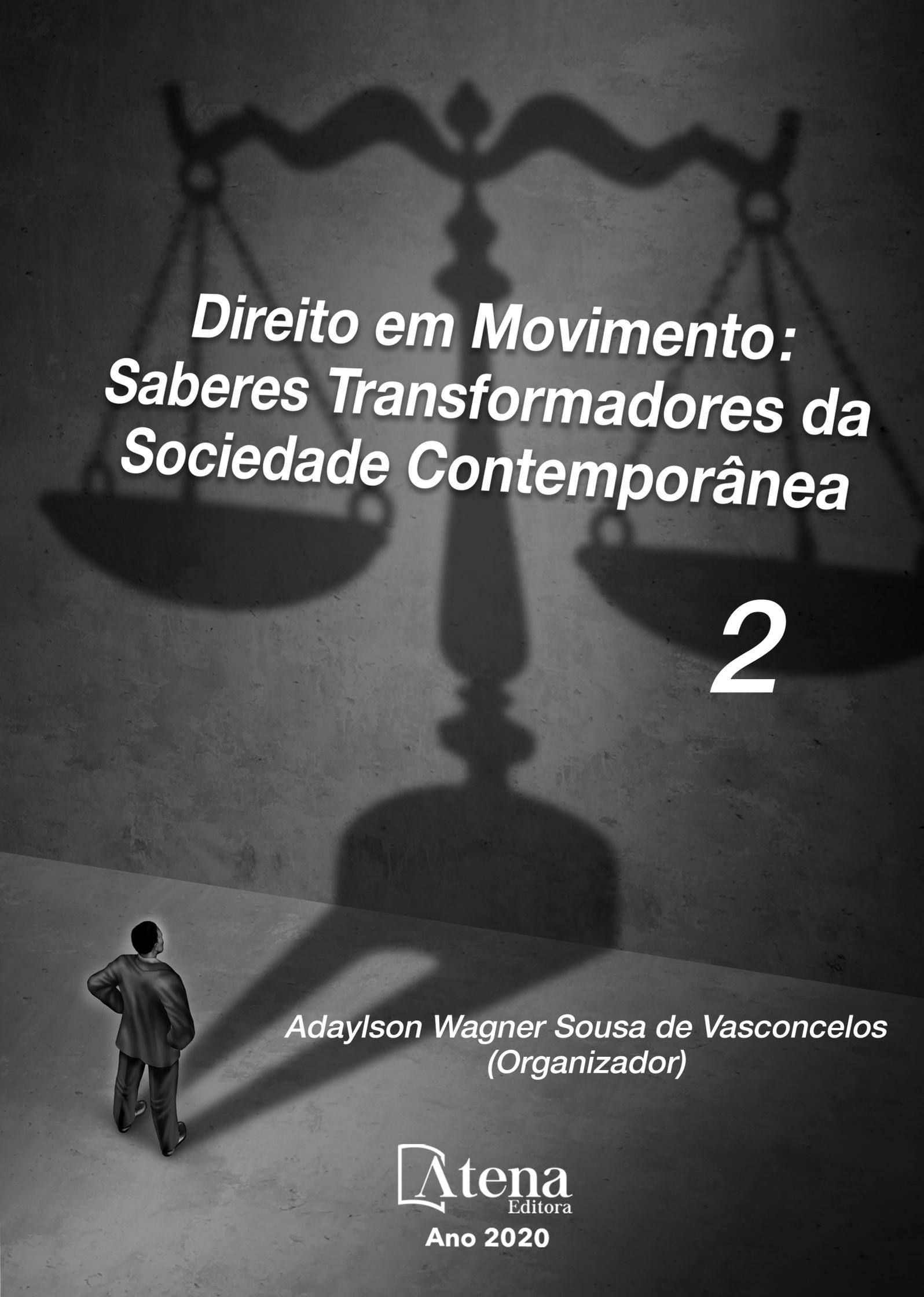
***Direito em Movimento:  
Saberes Transformadores da  
Sociedade Contemporânea***

**2**

***Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)***

**Atena**  
Editora

**Ano 2020**



***Direito em Movimento:  
Saberes Transformadores da  
Sociedade Contemporânea***

**2**

***Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)***

**Atena**  
Editora

**Ano 2020**

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

# Direito em movimento: saberes transformadores da sociedade contemporânea

2

**Editora Chefe:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D598 Direito em movimento [recurso eletrônico] : saberes transformadores da sociedade contemporânea 2 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-270-8

DOI 10.22533/at.ed.708201808

1. Sociologia jurídica. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. II. Série.

CDD 340.115

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

  
**Ano 2020**

## APRESENTAÇÃO

Coletânea de vinte e um capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, discute temáticas que circundam a grande área do Direito e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber e com as múltiplas ações e reações da sociedade que se exercita por transformações.

Assim, nesse segundo volume, temos dois grandes grupos de reflexões que explicitam as mutações sociais diárias e que o Direito estabelece relações para um regular convívio entre sujeitos.

Em cinco singelas divisões estão debates que circundam o constitucionalismo, o processo e o direito civil, o direito do consumidor, os atores do processos e as universidades e o ensino jurídico.

Nesse primeiro momento, temos análises sobre o controle de constitucionalidade concentrado e a ação popular.

Passando para temas do processo e do direito civil, alcançamos contribuições que versam sobre a prescrição civil no direito brasileiro e argentino, o processo civil e a repercussão geral, o utilitarismo normativo, a desconsideração da personalidade jurídica, embargos de declaração, bem como a tomada de decisão apoiada e o apoyo al ejercicio de la capacidad. Contratos, proteção de dados, doação e sucessão, além de responsabilidade civil médica são conteúdos abordados na etapa.

Sobre direito do consumidor, temos estudos sobre a teoria do desvio produtivo e sobre o superendividamento.

Dos atores do processo, há análises sobre a relevância do papel do advogado nas negociações e instaurações da cultura de paz, principalmente em cenário de crise econômica, e sobre o desenvolvimento do modelo de responsabilidade dos juízes.

Alcançando as universidades e o ensino jurídico, contribuições para pensar a representação feminina nas universidades, refletir criticamente o ensino jurídico pátrio e abordar o ensino da Antropologia como marca de promoção de um ensino voltado para os direitos humanos se mostram como abordagens reflexivas urgentes e necessárias, não só para o Direito, mas também na construção de uma sociedade atenta as mutações permanentes.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE CONCENTRADO: ANÁLISE DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	
Bruno de Oliveira Rodrigues Jivago Pizarro Ulguim Leorimir de Moura Furtado Júnior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7082018081</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
A (IM)POSSIBILIDADE DE DISCUTIR LEI EM TESE EM AÇÃO POPULAR	
Fabiana de Paula Lima Isaac Mattaraia Sebastião Sérgio da Silveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7082018082</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
AS DIFERENÇAS ENTRE BRASIL E ARGENTINA QUANTO À SUSCITAÇÃO PROCESSUAL DA PRESCRIÇÃO CIVIL	
Gilberto Fachetti Silvestre Felipe Sardenberg Guimarães Três Henriques Tiago Loss Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7082018083</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>33</b>
NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A REPERCUSSÃO GERAL DAS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS: DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL	
Gabriela Araldi Walter Jamille Ghislandi Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7082018084</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
“UTILITARISMO NORMATIVO”: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS NO PROCESSO CIVIL	
Maria Izabel Pereira de Azevedo Altoé Milton Junior Barros Araujo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7082018085</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>60</b>
COMO DISTINGUIR A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DE FIGURAS AFINS? PANORAMA DO PROBLEMA E REPERCUSSÕES (POSSÍVEIS E ATUAIS) NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	
Hector Cavalcanti Chamberlain Patrícia de Arruda Pereira Filipe Ramos Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7082018086</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>71</b>
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	
Guilherme Russo Vanazzi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7082018087</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>82</b>
A TOMADA DE DECISÃO APOIADA E O APOYO AL EJERCICIO DE LA CAPACIDAD: COMPARAÇÃO DOS ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS	
Bruna Figueira Marchiori Gabriela Azeredo Gusella Gilberto Fachetti Silvestre	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7082018088</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>95</b>
A FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS: ANÁLISE DO ART. 421 DA LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002, À LUZ DA POLÍTICA JURÍDICA	
Adelcio Machado dos Santos Levi Hülse	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7082018089</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>110</b>
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Renata Aparecida Follone Cassiane Fernandes de Mello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.70820180810</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>125</b>
DOAÇÃO E SUCESSÃO: INSTITUTOS QUE IMPEDEM A REVERSÃO DO BEM AO DOADOR QUE SOBREVIVER AO DONATÁRIO	
Alessandra Yadein Rodrigues Thiago Rodrigues Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.70820180811</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>138</b>
O DESEQUILÍBRIO CONTRATUAL PROVOCADO PELA LEI Nº 10.931/04 E SUA INCOMPATIBILIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98	
Franck Gilberto Oliveira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.70820180812</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>146</b>
A IMPORTÂNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE NAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA	
Claudia Regina Althoff Figueiredo Henrique Manoel Alves Kevin de Carvalho Rozza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.70820180813</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>154</b>
A TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR: O TEMPO PERDIDO EM AGÊNCIAS BANCÁRIAS	
Emerson Andrade Gibaut Teila Rocha Lins D'Albuquerque	
<b>DOI 10.22533/at.ed.70820180814</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>168</b>
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E O SUPERENDIVIDAMENTO	
Augusto Ogrodowski Larissa Suzane Biscaia Mendes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.70820180815</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>185</b>
A NEGOCIAÇÃO E A CULTURA DA PACIFICAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO EFICAZ DO ADVOGADO DIANTE DA CRISE ECONÔMICA	
Danielle Cupello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.70820180816</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>196</b>
O DESENVOLVIMENTO DO MODELO DE RESPONSABILIDADE DOS JUÍZES A PARTIR DA IDADE MODERNA	
João Vitor Sias Franco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.70820180817</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>207</b>
A REPRESENTAÇÃO FEMININA NAS UNIVERSIDADES E A CONCREÇÃO DA CIDADANIA	
Selma Cristina Tomé Pina Juvêncio Borges Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.70820180818</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>221</b>
ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O ENSINO JURÍDICO NO BRASIL	
Rosiane Sasso Rissi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.70820180819</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>235</b>
O ENSINO DA ANTROPOLOGIA NOS CURSOS JURÍDICOS E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: PARA PENSAR O DIREITO ALÉM DA TÉCNICA	
Danley Dênis da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.70820180820</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>241</b>
OS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL: DA ERA VARGAS À CONSTITUIÇÃO CIDADÃ	
José Vitor Lemes Gomes Camila Ramos Ferreira Vasconcelos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.70820180821</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>257</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>258</b>

## A REPRESENTAÇÃO FEMININA NAS UNIVERSIDADES E A CONCREÇÃO DA CIDADANIA

*Data de aceite: 03/08/2020*

### **Selma Cristina Tomé Pina**

Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP)

<http://lattes.cnpq.br/4015540585941553>

<https://orcid.org/0000-0003-3300-0456>

### **Juvêncio Borges Silva**

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

<http://lattes.cnpq.br/2524142543068754>

<https://orcid.org/0000-0001-9403-2713>

**RESUMO:** Este trabalho faz uma abordagem quali-quantitativa da presença das mulheres no ensino superior brasileiro, trazendo dados oficiais do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) e dados da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Passos, (UEMG-PASSOS). O objetivo do estudo é discutir a representatividade da mulher na universidade e sua importância para a concreção da cidadania feminina. Os números comprovam que as mulheres são maioria nos cursos superiores, no entanto, elas ocupam majoritariamente as vagas nos cursos de licenciatura e humanas, enquanto os homens são maioria nos campos de engenharias e tecnológicas, o que, em

tese, perpetua a tradicional divisão sexual do trabalho e mantém a mulher longe de equidade de gênero no ambiente acadêmico. O estudo foi elaborado através de análise de dados consolidados, relatórios oficiais do governo, relatório da UEMG-Passos, além da mobilização da literatura especializada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres; equidade de gênero; ensino superior; universidade.

### WOMEN'S REPRESENTATION IN UNIVERSITIES AND THE CONCRETION OF CITIZENSHIP

**ABSTRACT:** This paper makes a qualitative and quantitative approach to the presence of women in Brazilian higher education, bringing official data from the Higher Education Census of the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (Inep / MEC) and data from the Minas Gerais State University - Steps Unit, (UEMG-STEPS). The aim of the study is to discuss the representativeness of women in the university and its importance for the realization of female citizenship. The numbers show that women are the majority in higher education, however, they occupy mostly vacancies in undergraduate and human courses, while men are the majority in engineering and technological

fields, which, in theory, perpetuates the traditional sexual division. and keeps women away from gender equity in the academic setting. The study was prepared through analysis of consolidated data, official government reports, UEMG-Passos report, and the mobilization of specialized literature.

**KEYWORDS:** Women; gender equity; University education; university.

## 1 | INTRODUÇÃO

No Brasil a educação é direito fundamental consagrado pela Constituição da República e, mundialmente, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. É um direito de todos, homens, mulheres e crianças sem distinção de raça, cor, crença ou etnias.

A Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional no Brasil, também declara ser a educação direito fundamental e, mais ainda, a mola propulsora para se construir um mundo mais seguro e sadio, ambientalmente equilibrado, que favoreça o progresso social, econômico e cultural.

Apesar da norma ser taxativa sobre ter direito à educação, sabemos que esta não é suficiente para promover a equidade e consolidar cidadania. A educação brasileira, em termos gerais, apresenta graves deficiências, exclui muitas crianças, jovens e adultos e, faz-se necessário constante incremento de políticas públicas para que ela possa ser oferecida.

Este trabalho vai abordar especificamente a presença das mulheres no ensino superior brasileiro, estudando os dados do Censo da Educação Superior e, com um recorte especial analisando os números da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Passos, (UEMG-PASSOS) com o objetivo de discutir representatividade na universidade e a importância desta para a concretização da cidadania feminina.

Iniciamos contextualizando legalmente o direito a educação e logo em seguida apresentamos dados estatísticos brasileiros. Fazemos também uma contextualização do ensino superior, suas modalidades e especificidades e, já na discussão do problema de estudo apresentamos como a mulher está inserida no universo do ensino superior, demonstrando através dos dados onde e como ela se apresenta como estudante do ensino superior e, se esta presença em determinados cursos tem ligação direta com a questão de gênero.

Os números comprovam que as mulheres são maioria nos cursos superiores, no entanto, elas ocupam majoritariamente as vagas nos cursos de licenciatura e humanas, enquanto os homens são maioria nos campos de engenharias e tecnológicas, o que, em tese, perpetua a tradicional divisão sexual do trabalho e mantém a mulher longe de equidade de gênero no ambiente acadêmico.

O estudo foi elaborado através de análise de dados consolidados, relatórios oficiais

do governo, relatório da UEMG-Passos, além da mobilização da literatura especializada.

## 2 | EDUCAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL, GÊNERO E CIDADANIA FEMININA

Direito Fundamental consagrado na Constituição Federativa do Brasil promulgada em 1988, a educação está prevista no rol dos direitos sociais presentes no Art. 5º e mais especificamente no art. 205 que diz: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos também tem destaque para a educação. Vejamos:

Art. 22. Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade. A educação é a mola mestra de desenvolvimento do mundo (BRASIL, 2007).

É pela educação que as normas de conduta da sociedade são incutidas nas novas gerações.

Para Adorno (1995), educação é primordial para a formação ética dos seres humanos e para a construção da cidadania, pois lida com as dimensões social e cultural dos indivíduos, ela ainda, se ancora nos princípios éticos, ou seja, nos valores definidos e praticados na sociedade em que está inserida.

Tais princípios precisam ser aprendidos e, portanto, devem ser ensinados, daí o papel da Instituição Escolar. A escola é a instituição responsável por promover a inserção das pessoas na comunidade, e por meio de um diálogo contínuo com a sociedade, é também, capaz de propor ações de enfrentamento à todas as formas de exclusão social.

De acordo com Lodi e Araújo, dois fatores são necessários para a introjeção de princípios éticos e educacionais:

1) Que os princípios se expressem em situações reais, nas quais possam ter experiências e nas quais possam conviver com a sua prática;

2) que haja um desenvolvimento da sua capacidade de autonomia moral, isto é, da capacidade de analisar e eleger valores para si, consciente e livremente (in MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007, P. 69).

De acordo com Freire (2005), mais do que discursos, a educação solicita de reflexões sobre a prática e vivências em situações reais. Por meio das experiências o sujeito compreende a necessidade do diálogo, do respeito para si e com o próximo, e do que é ser solidário e justo. Estas discussões educacionais são essenciais para a construção da cidadania e, devem voltar-se para a compreensão da realidade social, dos direitos e deveres do cidadão, e pautar-se nos princípios éticos e morais da nossa sociedade.

Ainda segundo Freire (2005), a educação deve ser vista como prática de liberdade, interligando e envolvendo os homens em uma realidade concreta que traga mudanças que se propõem necessárias, sobre as verdadeiras realidades e contextos dos seres humanos em suas vivências e, que a partir da educação possa se consolidar a consciência e a transformação dos seres humanos.

Nesta linha, os ensinamentos de Moram (2007), demonstram que enquanto instituição pública, a escola é um espaço social e político que tem por finalidade educar as futuras gerações, transmitindo assim os conhecimentos acumulados pela nossa civilização, mas deve se ocupar também com a construção do indivíduo em sua totalidade, preparando-o para a vida em sociedade.

Neste contexto podemos dizer que a inserção da mulher na educação é fator imprescindível para a promoção, por exemplo, da representatividade feminina nas diversas esferas do poder, pois apesar de representar mais de 50% do eleitorado brasileiro, a mulher não alcança porcentagem mínima nos cargos políticos no Brasil. Isso porque, a desigualdade de gênero acarreta a predominância masculina nas relações de poder, confirmando o círculo vicioso que mantém a mulher submissa à sociedade e a dominância masculina.

Para Pereira e Lehfeld (2018) a titularidade de direitos da mulher foi reconhecida tardiamente e, isto seria causa impactante no cotidiano feminino refletindo diretamente na condição da mulher como sujeito capaz de ocupar espaços sociais, culturais, políticos e econômicos a partir de suas próprias identidades e necessidades, perpetuando as desigualdades entre homens e mulheres.

Os autores destacam que, “é notório o progresso das mulheres na sociedade e a existência do aparato legislativo. Entretanto, a mulher está no percurso da construção da cidadania, dentro de uma sociedade patriarcal, sem os mesmos privilégios conferidos os homens” (p.485) e, sem construção de políticas públicas reconhecendo a mulher como sujeito de direitos, ela continuará a ser vítima de discriminação, com seus direitos fundamentais violados e, sem assegurar e exercer sua cidadania, apesar desta ser positivada como direito fundamental. “A mulher não está presente nas relações de poder. Não exerce os direitos fundamentais à vida, à saúde, à educação, ao trabalho, à dignidade, à igualdade, a viver uma vida livre de violência, etc. A reflexão deságua, portanto, na seguinte questão: a legislação é suficiente?” (p.487)

Em breve conclusão temos que a cidadania às mulheres, apesar de garantida, não é efetivada de forma plena e, portanto, não pode ser exercida. O reconhecimento da mulher como sujeito de direitos ocorreu, mas questiona-se no plano da realidade que esta cidadania é exercida em seu conceito restrito, qual seja a concreção do “direito a ter direitos”<sup>1</sup>.

---

1 Hannah Arendt afirma que o direito a ter direitos significa viver numa estrutura onde se é julgado pelas ações e opiniões e de um direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada (ARENDR, 1990, p. 330).

O lugar “doméstico”, determinado para a mulher ao longo da história, reverbera através dos séculos com discursos que produziram e naturalizaram a desigualdade entre homens e mulheres e, promovem um apagamento de seu papel como protagonista na formação do mundo.

De acordo com Melo e Thomé (2018), as desigualdades de gênero também estão presentes quando se trata da história da educação e as mulheres são excluídas. E como a história foi escrita pelos homens, as mulheres sempre foram menosprezadas, sem direito a voz e tituladas como causadoras dos infortúnios humanos.

Seria preciso voltar muitos séculos, milênios, e deles trazer Hipátia, Cleópatra, Joana D’Arc, entre tantas outras, para fazer jus ao papel das mulheres na história das civilizações. Uma participação da qual muito pouco se sabe, tanto porque as mulheres estavam confinadas principalmente em seus lares, como também devido aos poucos registros de suas ações (MELO; THOMÉ, 2018, p. 37).

Hipátia de Alexandria, por exemplo, foi uma cientista pagã, matemática, filósofa, médica e astrônoma do século IV a V d.C., Cleópatra foi rainha do Egito, um dos grandes impérios da antiguidade, no século I a.C., e Joana D’Arc foi uma líder guerreira do período medieval. Além dessas mulheres, existiram muitas outras, cujos feitos permaneceram no esquecimento, pois a história se encarregou de apagá-las. Acerca desse fenômeno, Perrot (2007) declara que nunca teremos uma ideia real de seus feitos, pois, as poucas histórias narradas são frutificadas a partir do imaginário dos homens.

Neste contexto, pode se entender que a educação para a mulher nunca foi pensada como forma de promover e consolidar cidadania e conseqüente, participação pública.

### **3 | OS NÚMEROS NO ENSINO SUPERIOR**

Nos últimos anos, mais especificamente a partir da década de 90, o estado implantou uma série de políticas universais de inclusão social, entre elas o acesso à educação superior como forma de criar oportunidades e desenvolvimento econômico e social. Estas políticas de inclusão, promoveram uma lenta mudança no cenário universitário com a ampliação da ocupação pelas mulheres de vagas em curso de graduação, por exemplo.

Houve ainda, um aumento significativo no número de instituições de ensino superior no Brasil a partir do governo Lula, com a implantação de universidades públicas e institutos federais, divididos por regiões, saindo dos grandes centros e indo para os interiores e regiões.

Foram criadas 18 novas universidades federais e 173 campus universitários, praticamente duplicando o número de alunos entre 2003 a 2014: de 505 mil para 932 mil. Os institutos federais também tiveram uma grande expansão durante os governos do PT: foram implantados mais de 360 unidades por todo o país. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, s.p, 2018)

De acordo com pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (Inep/MEC) realizada em 2017, o Brasil à época contava com 2448 instituições de ensino superior. Destas 296 públicas e 2.152 privadas. Os dados demonstram ainda que dentre as públicas, 41,9% são estaduais; 36,8%, federais e 21,3%, municipais.

A pesquisa ainda delimita que aproximadamente 3/5 das instituições federais são universidades e outros 36,7%, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets). Desmembrando estes números as faculdades totalizam 82,5% e as universidades equivalem a 8,1% do total de IES.

A maioria dos estudantes, 53,6%, estão matriculados nas universidades e apenas 1/4 estão nas faculdades. Com relação aos cursos, na graduação se dividem em bacharelado e licenciatura, ensino presencial e na modalidade a distância (EAD), sendo predominante matrículas nos cursos de bacharelado (58,7%).

Ainda de acordo com o Inep/MEC (2017, on line) “o Censo da Educação é o mais completo levantamento estatístico sobre as IES brasileiras e sua oferta de cursos”, é realizado com o objetivo de oferecer para o poder público diretrizes de aprofundamento e criação de políticas públicas no setor educacional, bem como de dar à sociedade parâmetros sobre a situação da política de educação brasileira.

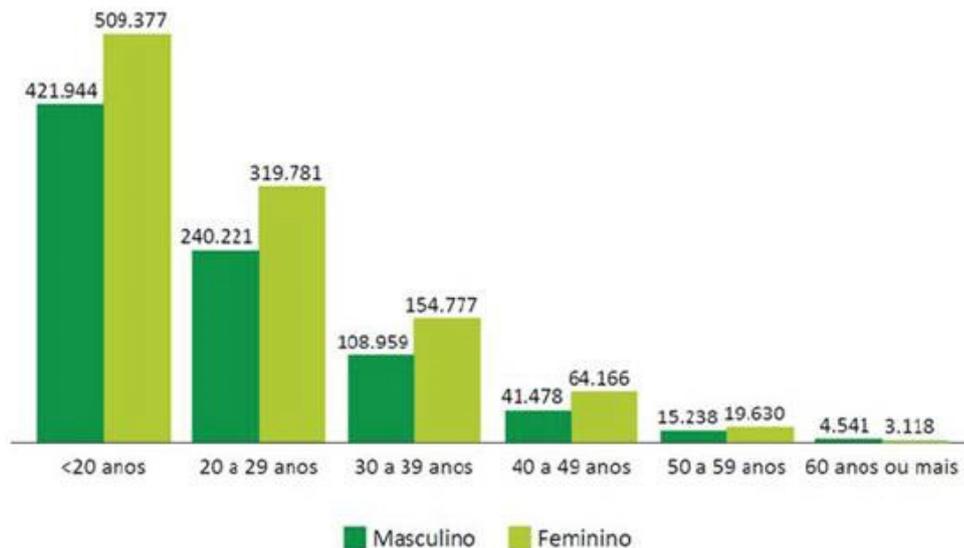
Os dados do Inep/MEC, são orientados através do Censo Escolar, regulamentado pelo Decreto nº 6.425 de 04/04/2008, é realizado anualmente com o objetivo de organizar informações sobre as IES brasileiras, com dados sobre os cursos de graduação, estudantes, docentes e técnicos/as vinculados a esse nível de ensino, número de ingressantes e de concluintes, por sexo, idade, região do País, número de vagas em cursos de graduação, por modalidade de ensino e tipo de vaga, caracterizando o mais completo instrumento de avaliação do ensino superior.

De acordo com o INEP, em dados de 2018, 17% da população brasileira de 25 a 64 anos de idade havia concluído um curso de ensino superior no nível de graduação, 0,8% concluíram mestrado e 0,2% doutorado.

### **3.1 Os números na sala de aula**

A predominância das mulheres no ensino superior está impressa nos dados do Censo. Elas são maioria de ingressantes, matriculados e concluintes sendo, 55% ingressantes, 57% matriculadas e 61% concluintes dos cursos de graduação.

Outro dado de destaque na pesquisa é o que demonstra uma maior presença de mulheres matriculadas nas licenciaturas, sejam elas nos cursos presenciais ou na modalidade EAD, sendo 70,6%. Este percentual só diminui quando a idade é superior aos 60 anos, que compreende formação pela Educação Jovens e Adultos (EJA).



Número de matrículas na educação profissional segundo faixa etária e sexo – Brasil – 2018

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica

Elas também são maioria esmagadora nos cursos profissionais da Educação Básica com predominância em todas as faixas etárias<sup>2</sup>.

Assim, considerando os dados do Censo, é certo concluir que no Brasil a presença feminina no ensino superior cresceu progressivamente nos últimos anos, porém ainda é clara a diferença na escolha da mulher por cursos em áreas reconhecidamente femininas pela sociedade, como nos cursos das áreas de formação educacional básica, ou seja, nas licenciaturas, onde a presença das mulheres chega próximo aos 60% de concluintes, contra 41% quando são considerados os cursos relacionados às ciências exatas e da saúde, como os de biologia, farmácia, engenharias, matemática, medicina, física, química, ciência da computação, entre outros.

### 3.2 Os números na UEMG-Passos

Seguindo os mesmos parâmetros do Censo da Educação Superior, realizamos uma pesquisa junto à Secretária Acadêmica da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Passos. (UEMG-PASSOS). Na pesquisa foram considerados dados de ingressantes e concluintes nos 21 cursos de graduação da universidade de acordo com o sexo, nos anos de 2017, 2018 e 2019.

Os dados confirmam a tendência nacional com maior número de mulheres matriculadas e concluintes e ainda, maior número nas licenciaturas e nos cursos das áreas de humanas, ficando os homens majoritariamente concentrados nas áreas de ciências exatas e tecnológicas, como nas engenharias e sistemas de informação.

Em 2017 foram efetuadas 2.608 matrículas de mulheres contra 2.099 de homens.

<sup>2</sup> De acordo com o Censo Escolar a educação profissional engloba cursos de formação inicial e continuada, qualificação profissional articulado à EJA ou ao ensino médio; ou ainda os cursos técnicos de nível médio nas formas articuladas (integrada ou concomitante) ou subsequente ao ensino médio.

Em 2018 houve um pequeno aumento no número de mulheres e de homens, sendo 2.645 vagas ocupadas pelo público feminino e 2.120 para o masculino. Já em 2019 as mulheres continuaram maioria efetivando 2.622 matrículas e os homens 2.063.

Vejamos os números em gráficos:

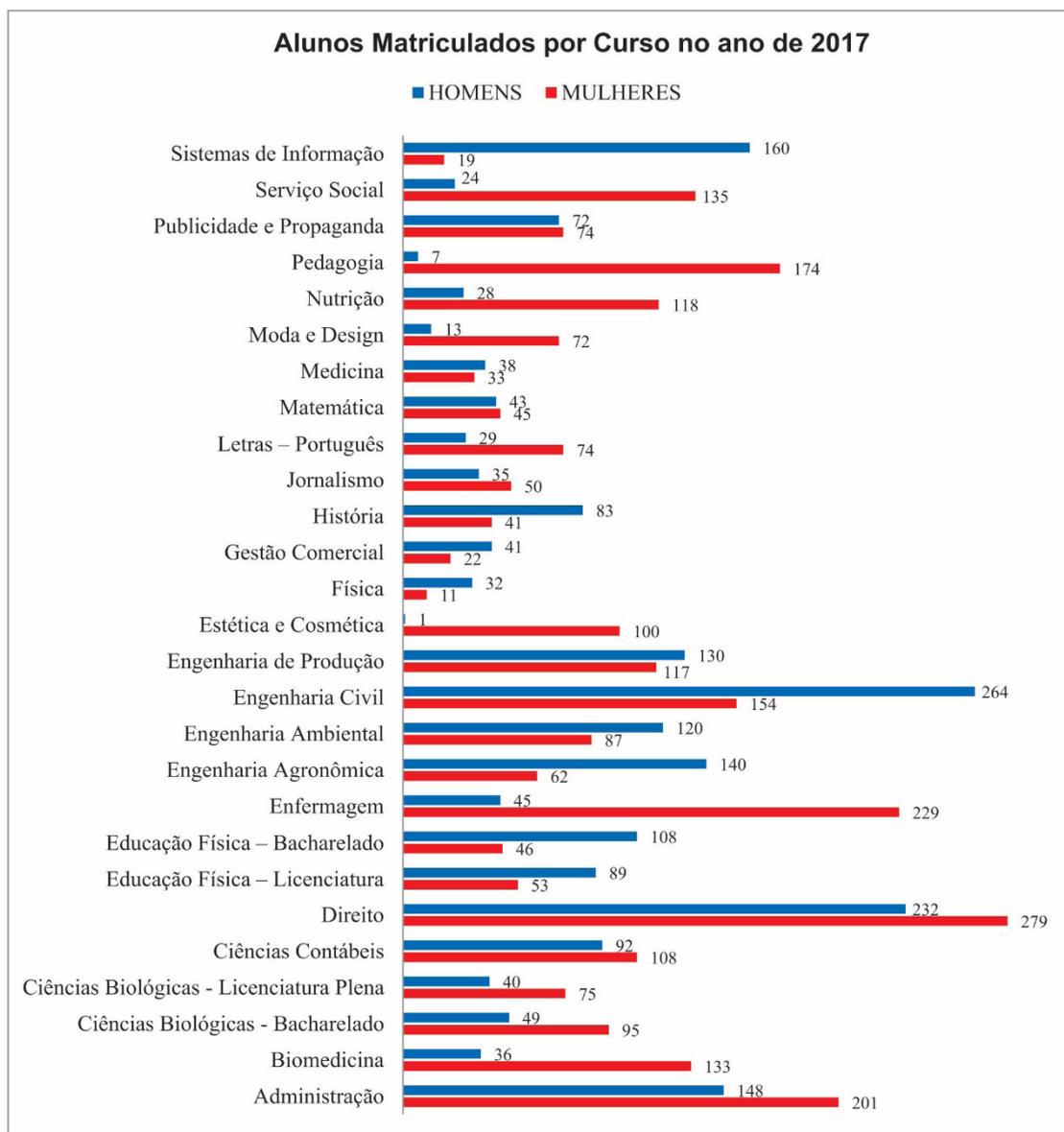


Gráfico 1. Alunos matriculados por curso referente ao ano de 2017

Fonte: Elaborado pelos autores

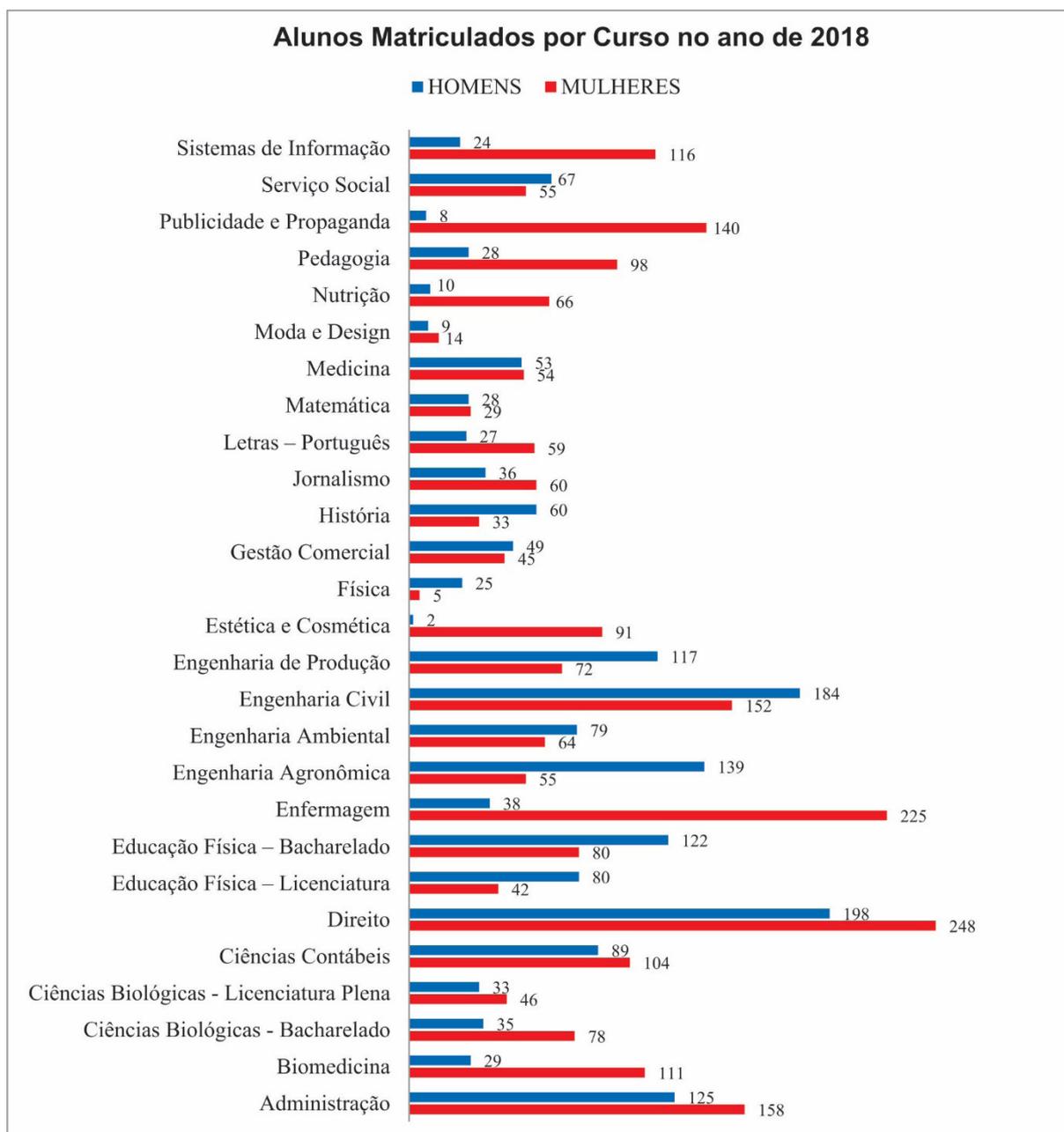


Gráfico 2. Alunos matriculados por curso referente ao ano de 2018

Fonte: Elaborado pelos autores

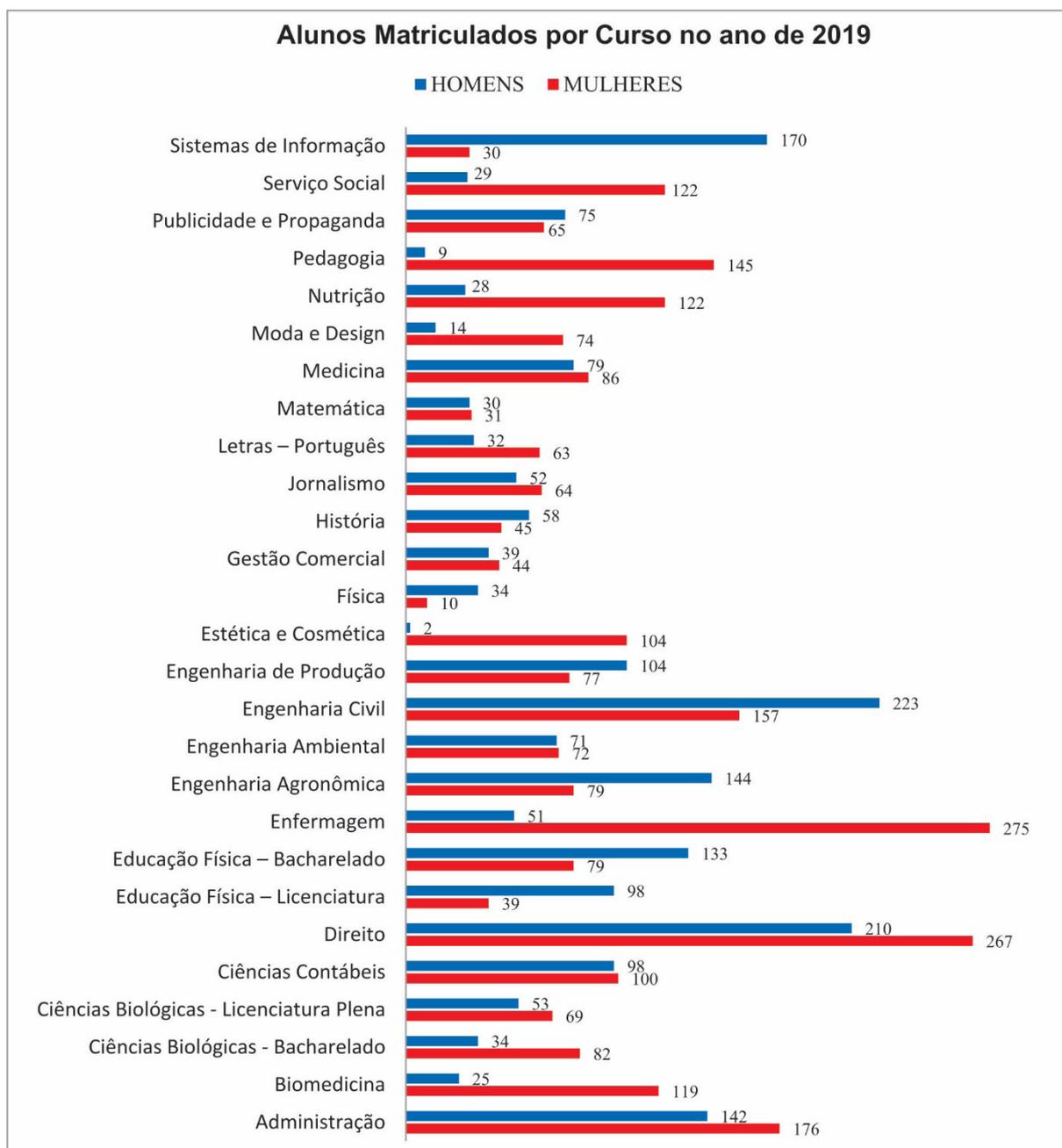


Gráfico 3. Alunos matriculados por curso referente ao ano de 2019

Fonte: Elaborado pelos autores

A diferença nos cursos se mostraram maiores quando consideradas as áreas de formação educacional como nos curso de Pedagogia e Letras e, de formação e atuação social, humana, de estética e moda, como nos cursos de Serviço Social, Enfermagem, Biomedicina, Nutrição, Estética e Cosmética e moda e Design. Já nos cursos de formação tecnológica e exatas predominam os homens como nas Engenharias, Civil, Ambiental, Produção e Agrônoma e no curso de Sistemas de Informação onde temos a maior diferença.

## 4 | A IMPORTÂNCIA DO ENSINO SUPERIOR NAS RELAÇÕES DE GÊNERO PARA A CONCREÇÃO DA CIDADANIA

Conforme demonstrado pela pesquisa é inegável que as mulheres estão ocupando os bancos das universidades, faculdades e institutos de educação. Inegável ainda, que esta formação superior é um grande avanço na luta feminista em busca de equidade e efetivação de direitos para que se alcance plena cidadania. No entanto, estes mesmos números comprovam que esta ocupação, apesar de ser majoritária em relação ao universo masculino, não se reflete na mesma medida em reconhecimento do papel da mulher na sociedade como importante meio para a promoção social e crescimento econômico, por exemplo.

O relatório *Education at Glance 2019*, produzido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e divulgado pelo Brasil através do INEP (2019), aponta os inúmeros preconceitos e discriminações existentes na educação com relação as questões envolvendo a mulher e, perpetuando estereótipos de gênero. Um exemplo seria o fato das mulheres serem desestimuladas a seguir carreira nas ciências exatas por teoricamente terem uma falta de aptidão natural nestas áreas onde há um ambiente ainda muito hostil encontrado nas academias e em espaços empresariais.

O relatório exemplifica ainda que a taxa de emprego brasileira é influenciada pelo nível de escolaridade, com o ensino superior ocupando 83% das vagas.

“No Brasil, a escolaridade tem maior impacto para as mulheres do que para os homens no acesso ao mercado de trabalho. Na faixa etária mais jovem, de 25 a 34 anos, 82% das mulheres com o ensino superior estavam empregadas, percentual bem superior aos 63% das mulheres com o ensino médio e 45%, com até o ensino fundamental completo. Já para os homens, na mesma faixa etária, as taxas de emprego observadas foram de 89%, 84% e 76%, respectivamente” (BRASIL, 2019, p. 9-10).

De acordo com Barreto (2014) é preciso levar em consideração que as mulheres estudantes são, em sua maioria trabalhadoras, em dupla e muitas vezes tripla jornada, seguindo a tradição persistente no Brasil, onde elas ainda são as maiores responsáveis pelo trabalho doméstico.

Outra avaliação da autora é de que a sociedade ainda não reconhece a mulher em seu papel profissional e, assim perpetua-se as disparidades de gênero com relação a divisão sexual do trabalho, por exemplo, com as mulheres ocupando postos inferiores a sua qualificação e com remuneração menor que dos homens nos mesmos postos de trabalho.

O modo como as mulheres participam em diversos âmbitos da vida em sociedade ainda não significa equivalência de poder e de acesso aos bens comuns. A despeito da formalização da igualdade, a ordem social continua marcada pela desigualdade, configurando uma divisão sexual de tarefas em que, para determinadas posições, carreiras e funções, são valorizadas características atribuídas aos homens e à masculinidade e, para outras, características atribuídas às mulheres e ao feminino. Para uma boa atuação no mercado de trabalho, por exemplo, é ainda comum que se valorizem a racionalidade, a competitividade, a busca pelo sucesso, entendidas pelo senso comum como pertinentes ao universo masculino. Já os cuidados da casa e da

família, como a valorização do amor, da compaixão, da submissão, da empatia, ainda são vistos muitas vezes como características essencialmente femininas. Os diversos estereótipos atribuídos aos gêneros moldam, definitivamente, o significado atribuído às ocupações e às carreiras, pois é comum o entendimento de que há carreiras mais afeitas às mulheres e carreiras propriamente masculinas. Como consequência, o gênero também influencia no valor social atribuído às ocupações no mercado de trabalho e atua do mesmo modo na universidade, onde as mulheres, ainda que presentes em número crescente, não se distribuem de modo uniforme pelas diferentes “vocações” (p. 09-10).

Os dados do IBGE (2013) comprovam estas dificuldades femininas e demonstram que a maioria das brasileiras tem dupla jornada de trabalho sendo 88% delas. Já no universo masculino este percentual cai para 46%. Os números indicam ainda que as mulheres trabalham o dobro dos homens exercendo as tarefas domésticas, com elas dedicando 20,6 horas/ semana contra apenas 9,8 horas/semana para os homens. Se somadas as horas de trabalho profissional e jornadas domésticas, as mulheres então trabalham aproximadamente 60/horas semanais contra 51,6 horas dos homens.

Como dito anteriormente, apesar do irrefutável avanço com as mulheres ocupando seus espaços nas academias torna-se imprescindível discutir como mudar a realidade dos números para concreção da cidadania buscando equidade de gênero, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento das competências da mulher e consequente valorização no mercado de trabalho.

De acordo com Barreto (2014) avaliando números da educação superior no Brasil fica latente a presença da mulher na academia. No entanto os resultados devem chamar a atenção também para propor novas investigações do lugar da mulher na sociedade, com análise de “variáveis relativas à família, reprodução, inserção no mercado de trabalho, renda, região, entre diversas outras que atingem de forma diferente homens e mulheres na vida social” (p. 42). Entretanto, a autora chama a atenção para a necessidade de que se uma reflexão imediata sobre as questões de gênero relativas ao poder e como a mulher se insere com ocupação de postos de comando e influência política, por exemplo, e que poderiam contribuir para uma revisão mais ampla dos papéis de gênero na sociedade.

Após a análise dos dados, esta se torna a discussão necessária, pois somente com a representação feminina quebrando paradigmas e estereótipos de gênero e reconstruindo o papel da mulher profissional é que teremos reconhecimento e redistribuição de valores, incluindo aqui os profissionais. Uma das formas de operar mudanças neste cenário seria com o aumento de recursos em pesquisas científicas e em bolsas de iniciação científica, por exemplo, incentivando as mulheres a contribuírem com a ciência.

Este estudo não tem a pretensão de esgotar o tema, pois discutir a equidade de gênero entre mulheres e homens deve ser pauta contínua na agenda de políticas públicas e sociais dos governos federal, estaduais e municipais, e ainda, das entidades não governamentais, organizações sociais, organismos internacionais, como Organização das Nações Unidas (por meio da ONU Mulheres) Unesco e OIT. De acordo com Barreto (2014), é importante destacar ainda que a promoção da igualdade de gênero é um dos

objetivos do milênio estabelecidos pela ONU, figurando em terceiro lugar entre suas oito metas.

## 5 | CONCLUSÃO

A educação propicia ao indivíduo investigar, conhecer e compreender o mundo com um olhar de cidadania, dos direitos e deveres do cidadão e, isso é de fundamental importância para que o ser humano exerça seus papéis civis, sociais e políticos em sociedade. Neste contexto, a possibilidade de se formar profissionalmente em um curso superior traz novas formas de ver o mundo e assim, abrir os horizontes dos pensamentos, ideias e atitudes das pessoas.

Para a mulher, esta formação abrange novas perspectivas de trabalho, novas oportunidades, novas experiências e consolidação do papel de cidadã transformadora da sociedade em que está inserida.

Nesse contexto, a educação torna-se o mais importante instrumento do Estado à serviço da sociedade para a promoção da cidadania plena. Embora não seja o único meio de transformação social, apresenta-se como elemento para o desenvolvimento da criticidade e de autonomia dos indivíduos.

É preciso destacar que, longe de ser considerado heroísmo, a presença das mulheres nos bancos das universidades, apresenta-se como mais um capítulo da luta feminina para ocupar espaços na sociedade, tanto no que diz respeito a questões de direito, como para garantir a adequada divisão do trabalho doméstico e ainda a paridade salarial no mercado de trabalho.

Construir condições para que a mulher ocupe vagas nas áreas de exatas e tecnológicas também deve ser foco de políticas públicas, com incentivo e fomento específico para o público feminino em pesquisas científicas, por exemplo.

É preciso entender os dados deste estudo com foco no conceito de cidadania que compreende o exercício de direitos e deveres fundamentais, com a efetiva participação de todos na construção de um País mais justo e igual, em níveis sociais, educacionais, culturais, econômicos e rico em diversidade.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

BARRETO, Andreia. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**. – n.6 (jul./dez. 2014). – Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Unesco, 2007.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 17 agosto 2019.

\_\_\_\_\_. Inep - Censo da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). **Dados do Censo da Educação Superior**. Disponível em: < [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-da-educacao-superior-as-universidades-brasileiras-representam-8-da-rede-mas-concentram-53-das-matriculas/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-da-educacao-superior-as-universidades-brasileiras-representam-8-da-rede-mas-concentram-53-das-matriculas/21206)>. Acesso em: 17 setembro 2019.

\_\_\_\_\_. Inep - Censo da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). **Mulheres são maioria na educação profissional e nos cursos de graduação**. Disponível em: < [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-profissional-e-nos-cursos-de-graduacao/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-profissional-e-nos-cursos-de-graduacao/21206)>. Acesso em: 17 setembro 2019.

\_\_\_\_\_. Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). **Panorama da educação/Destaques do Education at a Glance 2019**. Disponível em: < [http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/eag/documentos/2019/Panorama\\_da\\_Educacao\\_2019.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2019/Panorama_da_Educacao_2019.pdf)>. Acesso em: 17 setembro 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

FREIRE, P. Educação e mudança. 20. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MORAN, José Manuel. Como utilizar a Internet na educação. In: **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 2, p., May 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651997000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 agosto 2019.

PEREIRA, Fernanda Morato da Silva, LEHFELD, Lucas de Souza. A concreção da cidadania e a mulher nas relações de poder. **Revista Humus**. vol. 8, num. 24, 2018 disponível em: <<http://www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/9999>>. Acesso em 26 de agosto de 2019.

PT, Partido dos Trabalhadores. **Confira as universidades e institutos federais criados pelo PT** - disponível em: <<https://pt.org.br/confira-as-universidades-e-institutos-federais-criados-pelo-pt/>>. Acesso em 26 setembro de 2019.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ação direta de inconstitucionalidade 1, 5, 9, 14, 15, 173

Ação popular 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24

Adolescente 110, 113, 139

Advogado 9, 12, 41, 56, 58, 85, 91, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 166, 182, 185, 187, 188, 190, 194, 257

Agência bancária 154, 159

Antropologia 229, 235, 236, 237, 238, 239, 240

Argentina 25, 26, 29, 30, 31, 32, 62, 82, 83, 88, 89, 92

### B

Brasil 5, 6, 3, 4, 5, 6, 15, 17, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 34, 35, 41, 42, 43, 62, 63, 80, 82, 84, 89, 90, 92, 112, 116, 117, 118, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 143, 145, 150, 156, 159, 164, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 183, 189, 193, 195, 203, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 227, 230, 232, 233, 234, 237, 241, 242, 244, 245, 248, 249, 251, 252, 255, 256, 257

### C

Cidadania 2, 97, 166, 207, 208, 209, 210, 211, 217, 218, 219, 220, 239, 241, 242, 244, 245, 248, 249, 255, 256

Código de processo civil 8, 19, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 61, 70, 71, 74, 77, 78, 80, 83, 85, 86, 87, 88, 94, 187, 196, 203, 205, 224

Consumidor 64, 103, 104, 124, 139, 140, 143, 144, 145, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184

Contrato 16, 64, 66, 95, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 126, 127, 128, 129, 136, 138, 139, 140, 142, 143, 145, 148, 176, 179, 180, 187, 188, 189, 192, 193, 226, 254

Controle de constitucionalidade 1, 2, 3, 4, 6, 10, 15, 16, 20, 21, 23

Criança 110, 111, 112, 113, 119, 120, 121, 122, 139

Cultura da pacificação 185, 190, 194

### D

Dados pessoais 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123

Direito 1, 3, 8, 10, 12, 15, 17, 18, 19, 22, 24, 26, 28, 31, 32, 34, 35, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 80, 88, 89, 90, 93,

94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 143, 144, 145, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 255, 256, 257  
Direitos humanos 54, 57, 58, 208, 209, 220, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 257  
Doação 125, 126, 127, 128, 129, 134, 135, 136

## **E**

Ensino 5, 7, 22, 207, 208, 211, 212, 213, 217, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 239, 257

## **F**

Feminino 210, 214, 217, 219, 243, 255  
Função social 95, 96, 103, 104, 107, 132, 134, 136

## **J**

Juiz 5, 6, 8, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 38, 43, 62, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 128, 150, 156, 177, 187, 190, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206  
Jurisprudência 12, 16, 18, 20, 21, 22, 24, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 62, 64, 67, 69, 70, 85, 91, 100, 105, 110, 115, 120, 124, 153, 158, 160, 161, 180, 200, 201, 205

## **M**

Movimento 103, 197, 201, 202, 203, 204, 206, 240, 246, 248

## **N**

Negociação 185, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 254  
Nexo de causalidade 146, 147, 149, 150, 151, 152

## **P**

Personalidade jurídica 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70  
Prescrição civil 25

## **R**

Repercussão geral 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44  
Representação 5, 85, 107, 207, 218  
Responsabilidade 3, 40, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 87, 99, 104, 107, 111, 117, 118,

127, 139, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 161, 167, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 251

Responsabilidade civil médica 146, 149, 152

## **S**

Saber 41, 46, 51, 63, 90, 105, 107, 152, 179, 194, 205, 223, 225, 227, 229, 230, 233, 237, 239

Sociedade contemporânea 116

Sucessão 69, 99, 125, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136

Superendividamento 168, 169, 181, 183

## **T**

Transformação 114, 159, 173, 210, 219, 227, 230, 233, 244

## **U**

Universidade 3, 4, 5, 6, 7, 1, 15, 16, 25, 32, 44, 45, 46, 47, 58, 59, 70, 82, 95, 108, 110, 146, 154, 167, 168, 186, 189, 191, 196, 201, 206, 207, 208, 213, 218, 235, 241, 257



***Direito em Movimento:  
Saberes Transformadores da  
Sociedade Contemporânea***

**2**

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

**Ano 2020**



***Direito em Movimento:  
Saberes Transformadores da  
Sociedade Contemporânea***

**2**

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

**Ano 2020**